

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 07/2022  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 06/2022  
CONTRATO N.º. 04/2022**

**CONTRATO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO ELEVADOR, QUE ENTRE SI CELEBRAM CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ E ELEVADORES CONISTEL LTDA-ME, NA FORMA A SEGUIR:**

**O CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ**, autarquia de Direito Público, instituído pela Lei n. 4.324, de 14 de abril de 1964, e Regulamentada pelo Decreto n. 768.704, de 03 de junho de 1971, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 76.661.099/0001,<sup>34</sup> com Sede a Avenida Manoel Ribas, 2.281 – Mercês, na cidade de Curitiba (PR) CEP 80.810-002, neste ato representado pelo seu presidente, Dr. Aguinaldo Coelho de Farias, brasileiro, cirurgião dentista, portador da cédula de identidade nº 4368365-9 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº. 633.990.759-87 e a empresa **ELEVADORES CONISTEL LTDA-ME**, com CNPJ sob nº 78.708.625/0001/08, Sede na Travessa Teixeira de Freitas, nº 70 – Bairro Mercês, na cidade de Curitiba/PR- CEP 80.410-040 e endereço comercial na Rua Marechal Deodoro nº 126 – 5º Andar – Conj. 503 – Centro - na cidade de Curitiba/PR, neste ato representada pelo Sr. Luiz Arnildo Jungbluth, brasileiro, solteiro, mecânico de elevadores, portador da cédula de identidade nº 1.837.762 IISSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº. 243.161.059-49- residente e domiciliado na Travessa Teixeira de Freitas, nº 60 – Bairro Mercês em Curitiba/PR e a Sra. Tania Regina Medeiros da Silva, brasileira, empresária, portadora da cédula de identidade nº 3.114.228-8 IISSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº. 500.225.209-53- residente e domiciliada na Travessa Teixeira de Freitas, nº 60 – Bairro Mercês em Curitiba/PR a seguir denominada **Contratada**, que em razão da proposta vencedora do **Pregão Eletrônico nº. 06/2022, Processo Licitatório nº. 07/2022**, já Homologado e Adjudicado pelo senhor Presidente, celebram entre si, o presente instrumento contratual, consoante as seguintes cláusulas e condições:

**1. DO OBJETO**

O CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ receberá da Contratada os seguintes serviços: Prestação de **serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva do elevador**, que atendam às condições, quantitativos, e especificações mínimas estabelecidas no Edital e **ANEXO I**.

**2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**



2.1 - A responsabilidade da CONTRATADA é integral para com a execução do objeto da presente licitação, sendo que a presença da fiscalização desta Autarquia não diminui ou exclui essa responsabilidade.

2.2 - A CONTRATADA é a única responsável em qualquer caso por dano ou prejuízo que eventualmente possa causar a terceiros, em decorrência dos serviços ora contratados, sem qualquer responsabilidade ou ônus para a Contratante pelo ressarcimento ou indenização devidos.

2.3 - Todo serviço mencionado no objeto será executado sob responsabilidade direta da CONTRATADA.

2.4 - Correrão por conta da CONTRATADA:

2.4.1. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da contratação dos serviços, objeto desta licitação;

2.4.2. As contribuições devidas a Seguridade Social;

2.4.3. Todos os encargos trabalhistas, taxas, prêmios de seguros e de acidentes de trabalho, emolumento e demais despesas necessárias;

2.5 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões no objeto deste contrato, que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato;

2.6 - Indenizar a CONTRATANTE, ou terceiros, por danos que lhe causar em decorrência de culpa na execução deste contrato;

2.7 - Manter durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico nº. 06/2022.

2.8 - Não transferir ou ceder o objeto deste contrato, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;

### **3. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

3.1 - Deve o CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ fiscalizar o que for necessário para o bom cumprimento do Contrato, bem como realizar o pagamento da forma expressa neste contrato.

### **4. DO INÍCIO E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

4.1 - A vigência do presente Termo será de 12 meses, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado o prazo, conforme determinado pela Lei n. 8.666/93 e posteriores alterações, mediante acordo entre as partes, limitado há 60 meses.

### **5. DO PAGAMENTO**

5.1 - Condições de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias, subsequentes ao da prestação do serviço, desde que os serviços tenham sido executados em condições satisfatórias e desde que a nota fiscal de serviços e/ou fatura de serviços





tenham sido protocolados no setor de Contabilidade do CRO/PR, com antecedência mínima de 7 (sete) dias úteis da data de seu vencimento.

5.2 - Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado através de boleto bancário, a crédito da adjudicatária, em instituição financeira credenciada pelo Estado ou por meio de depósito bancário na conta bancária da mesma.

5.3 - Reajustamento de Preços somente poderá ser reajustado, depois de decorridos 12 (doze) meses (conforme aditivo) de vigência do contrato e, no caso de ocorrência de sua prorrogação, será medido, salvo adoção por parte do poder público de outro índice para reajustamento de contratos, pela variação do INPC (anual) Índice Nacional de Preços ao Consumidor – Anual apurado no segundo mês anterior à data de início de vigência do reajuste.

5.4 - O pagamento somente será feito desde que tenham sido cumpridas as obrigações da empresa contratada, e corretos os dados e valores registrados na nota fiscal/fatura.

5.5 - A nota fiscal/fatura não aprovada pelo Conselho, será devolvida à empresa contratada para as necessárias correções, contando-se o prazo estabelecido na cláusula anterior a partir da data de sua reapresentação.

5.6 - A devolução da nota fiscal/fatura não aprovada pelo CRO/PR em hipótese alguma servirá de pretexto para que a empresa contratada suspenda o fornecimento objeto do consequente contrato.

5.7 - Ocorrendo atraso no pagamento, por culpa exclusiva do Conselho, o pagamento será efetuado com atualização financeira calculada de acordo com a variação pro rata tempore do INPC, entre as datas do vencimento e a do efetivo pagamento, salvo adoção de outro índice que venha substituí-lo, conforme legislação vigente.

5.8 - Caso o objeto desta licitação não seja entregue na forma e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, o pagamento ficará suspenso até que sejam atendidas as formas e condições pactuadas, sem prejuízo de aplicação das penalidades previstas no Edital e seus anexos.

5.9 - Nenhum pagamento será liberado à Contratada sem que esta prove ao CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ, a sua regularidade com a contribuição social relativa ao sistema de Seguridade Social - INSS -, e com o "Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS", respeitando-se, porém, o prazo de validade das certidões negativas que apresentou e que deverá renovar regularmente.

## **6. DAS PENALIDADES**

6.1 - A recusa do adjudicatário em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido pelo Conselho Regional de Odontologia do Paraná, bem como, o atraso e a inexecução parcial ou total do contrato, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida e permitirão a aplicação das seguintes sanções:



6.1.1 - advertência, que será aplicada sempre por escrito;

6.1.2 - multas:

6.1.2.1 - a multa será aplicada à razão de 0,3% (três décimo por cento) por dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso (da entrega e efetivação dos serviços), sobre o valor total global estimado do contrato.

6.1.2.2 - 10% (dez por cento) sobre o valor total global estimado do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias;

6.1.2.3 - 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta, no caso da adjudicatária, injustificadamente, desistir da assinatura do contrato.

6.1.3 - rescisão unilateral do contrato sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento de indenização ao Conselho Regional de Odontologia do Paraná, na razão de 20% (vinte por cento) do valor total global estimado do contrato;

6.1.4 - suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o CRO/PR, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

6.1.5 - indenização ao Conselho Regional de Odontologia do Paraná da diferença de custo para contratação de outro licitante;

6.1.6 - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, no prazo não superior a 5 (cinco) anos;

6.2 - As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

6.3 - Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

6.4 - A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada àqueles que:

6.4.1 - retardarem a execução do pregão;

6.4.2 - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração

6.4.3 - fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

6.5 - Pelo atraso injustificado na prestação do serviço:

6.5.1 - atraso de até 02 (dois) dias, multa de 1% (um por cento) do valor global do Contrato, por dia de atraso na entrega do(s) produto(s) e serviço(s);

6.5.2 - atraso superior a 02 (dois) dias, além do valor da multa prevista no subitem anterior, será considerado pela Autarquia a inexecução total ou parcial do ajuste.

6.5.3 - Em caso de inexecução parcial do ajuste poderá ser aplicada a seguinte penalidade:





6.5.4 - multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor global do Contrato;

6.5.5 - Em caso de inexecução total do ajuste poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

6.5.6 - multa de 40% (quarenta por cento) calculada sobre o sobre o valor global do Contrato;

6.5.7 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos.

6.5.8 - As multas referidas neste instrumento serão descontadas dos pagamentos a que o faltoso tiver direito ou cobradas administrativa ou judicialmente, sendo que neste último caso, somente se o pagamento da multa não for efetuado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da respectiva notificação.

6.5.9 - Da aplicação das sanções previstas neste instrumento caberá recursos conforme consta do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.5.10 - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

6.5.11 - A aplicação de sanções será precedida de procedimento em que se garanta a ampla defesa do adjudicatário.

6.6 - A rescisão contratual ocorrerá nas hipóteses legais, e caso a Contratada reste contumaz em sua negligência ou que a sorte da irregularidade no cumprimento esteja levando o CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ a intoleráveis prejuízos à sua atividade administrativa, apurando-se as perdas e danos;

6.7 - Caracterizam-se como estorvos e embargos ao CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ, sucessivas faltas de informação do andamento dos serviços contratados bem como a demora habitual na entrega das informações, entre outras hipóteses;

## **7. DO VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O valor global anual do contrato é de **R\$ 3.780,00 (Três mil setecentos e oitenta reais)**, e o valor mensal do contrato é de **R\$ 315,00 (Trezentos e quinze reais)** e que irá onerar a dotação orçamentária corrente, sob números 6.2.2.1.1.01.04.04.004.099 - Outros Serviços e Encargos.

## **8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

8.1 - A tolerância ou não exercício, pelo CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ, de quaisquer direitos a ele assegurado neste Contrato ou na lei em geral não importará em novação ou renúncia a quaisquer desses direitos, podendo o Contratante exercitá-los a qualquer tempo;



8.2 - Para qualquer intimação ou oficiamento que se fizer necessário pelo CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ à Contratada, poderá ser via e-mail ou pelo serviço de correios;

8.3 - O presente Contrato poderá ser alterado ou modificado mediante Termo Aditivo, desde que respeitado o Edital de Licitação e as disposições legais, ou unilateralmente pelo CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ, para a melhor adequação técnica a seus interesses, assegurando-se a Contratada todos os direitos de intangibilidade no equilíbrio-econômico da obrigação e na natureza da prestação, nos termos da Licitação;

8.4 - Fica eleito o foro da Seccional da Justiça Federal em Curitiba, para resolver quaisquer questões relativas ao presente Contrato, que resta firmado em 2 vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, a fim de ser posteriormente, para sua eficácia, nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 61, da Lei Federal 8.666, para publicação resumida na imprensa oficial.

8.5 - Fazem parte integrante deste instrumento, como se nele transcritos fossem, para todos os efeitos legais, todo conteúdo do Edital e seus ANEXOS do Processo Licitatório nº. 07/2022, Pregão Eletrônico nº. 06/2022 e a Proposta da CONTRATADA.

Curitiba (PR), 28 de Julho de 2022.

**CONTRATANTE**

**CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ**

Aguinaldo Coelho de Farias – CD  
PRESIDENTE

**CONTRATADA**

**ELEVADORES CONISTEL LTDA-ME**

Luiz Arnaldo Jungbluth – SÓCIO

Alexandre R. Mazzetto  
Procurador Jurídico - CRO/PR  
OAB/PR 45.138

*Testemunhas:*

1)   
Guilherme Fernandes Graziani, CD  
TESOUREIRO DO CRO/PR

2)   
Tania Regina Medeiros da Silva - SÓCIA  
**ELEVADORES CONISTEL LTDA-ME**